



Anais da Assembléia

Nº 49

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 02 DE MAIO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiese Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** – 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; **PFL** – 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Ruppe Filho; **PDT** – 07: Algaci Ormário Túlio - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** – 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** – 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT** – 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pêrides de H. Mello; **PL** – 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 35.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 02 DE MAIO DE 1994
(SEGUNDA-FEIRA)

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Presidência do Sr. Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Srs. Deputados Toti Colaço e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Caio Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton Servo, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Geraldo Cartário, Cezar Silvestri, Arlindo Troian, Domingos Carvalho, Durval Amaral, José Arthur Ritti e Namir Piacentini (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da Sessão anterior.
Em votação a Ata. Aprovada.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação da Ata, Sr. Presidente.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR (Pela Ordem) - Requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa defere e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal).

Vinte e nove Senhores Deputados responderam à chamada nominal.

Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

Mensagens:

MENSAGEM Nº 038/94

Curitiba, 26 de abril de 1994.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando dar nova redação ao art. 2º, da Lei nº 10.534, de 30 de novembro de 1993, através da qual o Poder Executivo está autorizado a contratar operações de crédito externo para financiamento do "Projeto Qualidade de Ensino Público do Paraná".

A alteração ora proposta visa adequar a autorização legal já concedida às exigências da Resolução nº 11/94, do Senado Federal e da Secretaria do Tesouro Nacional no sentido de ampliá-la, facultando o oferecimento de receitas próprias do Estado, como contragarantia à União, no montante da operação de crédito a ser contratada.

A medida, além de suprir a exigência dos arts. 2º, II e 7º, da já citada Resolução nº 11/94, encontra respaldo constitucional no parágrafo 4º do art. 167 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17 de março de 1993, com o seguinte teor:

"§ 4º - É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os artigos 155 e 156, e dos recursos de que tratam os artigos 155 e 156, e dos recursos de que tratam os artigos 157, 158 e 159, I, "a" e "b", e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta".

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O artigo 2º da Lei nº 10.534, de 30 de novembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - Pica o Poder Executivo autorizado a oferecer garantia e contragarantia ao aval da União para a operação de crédito a ser contratada, podendo, para tanto, vincular as quotas-parte dos recursos que lhe forem transferidos pela União, objeto do disposto nos arts. 157 e 159, bem como receitas próprias, nos termos do

art. 167, parágrafo 4º, todos da Constituição Federal e adicionalmente, se necessário, oferecer outras garantias em direito admitidas."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 039/94

Curitiba, 28 de abril de 1994.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva prorrogar, até 30 de novembro de 1994, o prazo de que trata o parágrafo único, do art. 1º da Lei nº 10.509, de 27 de outubro de 1993, publicada no Diário Oficial da mesma data.

O prazo cuja vigência se pretende prorrogar está estampado na referida Lei nº 10.509/93, para estabelecer o encaminhamento, em cento e oitenta dias, ao Chefe do Poder Executivo, de estudos indicando as providências necessárias à adequada aplicabilidade das disposições da Lei nº 9.887, de 27 de dezembro de 1991, que cria a carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Estado e do art. 70, da Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1992, que determina a aplicação do Regime Estatutário (Lei nº 6.174/70) aos servidores celetistas da administração direta e das autarquias do Estado.

A necessidade de prorrogação do mencionado prazo decorre de solicitação a mim dirigida pela Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia - SETI, através do Ofício nº 369/94, de seu Titular, onde, inclusive, constam esclarecimentos de que as Instituições de Ensino Superior e a Secretaria de Estado da Administração estão realizando estudos conjuntos com vistas ao pleno cumprimento do art. 1º, da Lei nº 10.509/93, já referida.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O prazo fixado no parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 10.509, de 27 de outubro de 1993, fica prorrogado até 30 de novembro de 1994, mantidos os demais dispositivos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legis-

lativa.

Ofícios:

Sob o nº DTL/SAT/053/94, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei nº

012/94: De autoria do Deputado Antônio Annibelli que, revoga a Lei nº 10.681/93, de 20 de dezembro de 1993, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.745. **Anote-se - Arquive-se.**

Of. nº 15/94

Curitiba, 02 de maio de 1994.
Senhor Presidente.

Tem o presente a finalidade de solicitar a Vossa Excelência, justificativa às minhas faltas referentes aos dias 02, 20 e 28 de abril deste corrente ano, devido a compromissos inadiáveis assumidos na região noroeste do Estado.

Ao ensejo, permita-me apresentar-lhe os mais sinceros agradecimentos pela atenção.

Sala das Sessões, em 02.05.94.
(a) MÁRIO BEZERRA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1016

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Resolução nº 009/94, de autoria do Deputado Renato Adur, que autoriza realização de plebiscito no Distrito de Boa Ventura.

Sala das Sessões, em 02.05.94.
(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 1017

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 142/94, Mens. nº 037/94, de autoria do Poder Executivo, que cria cargos em provimento na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 02.05.94.
(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 1042

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Regime de

Urgência ao Projeto de Lei n° 144/94, Mens. n° 038/94, de autoria do Poder Executivo, que dispõe a autorização de Operação de Crédito.

Sala das Sessões, em 02.05.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 1014

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 02.05.94.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 1015

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Josino Alves da Rocha Loures, ocorrido em data de ontem, nesta Capital.

Da decisão da Casa, pede seja dada ciência à família enlutada, na pessoa do Dr. Danton da Rocha Loures, à Rua São Pedro n° 122 - apto. 2001 - Nesta Capital.

Sala das Sessões, em 02.05.94.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

Dr. Josino Alves da Rocha Loures, foi conceituado médico desta Capital e também eleito Deputado Federal.

Membro de tradicional família paranaense, deixa viúva Senhora Carmem Richlin Rocha Loures e sete filhos entre os quais o Dr. Danton da Rocha Loures. Deixa entre seus amigos e familiares um vazio que jamais poderá ser preenchido.

REQUERIMENTO N° 1018

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido em Ata da presente sessão voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Eduardo Nery da Fonseca, ocorrido no dia 01 de maio de 1994, e deste, seja dado reconhecimento aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 02.05.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 1019

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso

Curitiba, segunda, em 02.05.94

de suas atribuições regimentais, REQUER à Casa, ouvido o Plenário, seja inscrito nos Anais desta sessão voto de profundo pesar pelo falecimento da Excelentíssima Senhora Arlete Chiquita, ocorrido no último dia 28, em São Paulo.

A desaparecida foi dirigente de entidade de benemerência de grande destaque em nossa Capital, como o Clube Soroptimista e o Lar Escola Leonor Castelano e seu falecimento, ocorrido durante intervenção cirúrgica, causou geral consternação no seu círculo de amizades e entre as pessoas dedicadas às causas sociais.

Requer mais que seja apresentado este registro ao esposo da ilustre dama desaparecida, Senhor Paulo Chiquita, com a mais penhorada expressão dos sentimentos do povo paranaense expressos neste voto de condolências de nossa Casa representativa.

Sala das Sessões, em 02.05.94.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1031

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos Anais desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento de Izar Costa Marques, ocorrido nesta Capital.

Tratava-se de pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, deixando muitas saudades. Recebeu ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento. É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 02.05.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1032

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos Anais desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Angélica Zinher, aos 64 anos de vida, deixando viúvo o Senhor Antonio Zinher.

Tratava-se de pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, tendo deixado muitas saudades. Recebeu ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento.

É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 02.05.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1037

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata da presente sessão votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr.

Miguel Sallum, ocorrido hoje, dia 02 de maio de 1994, na cidade de Ponta Grossa.

Nascido em 15.11.1904, na cidade de Mashta, Síria, era viúvo da saudosa Sra. Helena Nastas Sallum; deixa os filhos: Yazid Sallum, casado com Lúcia, Nassima Sallum Ribas, casada com Denis, Samira Nemer, casada com Sami, Marli Sallum Hallage, casada com Antonio, Marlene Sallum Fernandes, casada com Roberto, Sandra Mara Sallum Barros casada com Serafim, Miguel Sallum Filho, casado com Zelinda e Leila Sallum. Deixa ainda, 21 netos e 02 bisnetos.

Veio para o Brasil no dia 1º de janeiro de 1924, chegando em Curitiba, onde residiu inicialmente. Em 1939, já casado, transferiu residência para a cidade de Ponta Grossa onde deu início às suas atividades comerciais, abrindo uma filial da "Casa Tango", tradicional empreendimento comercial familiar que tornou-se patrimônio da comunidade princesina.

Ao longo de muitos anos, com muito trabalho, fé em Deus e espírito comunitário, Miguel Sallum ganhou a inabalável confiança da população princesina, tendo merecido a outorga do Título de "Cidadão Honorário de Ponta Grossa", no ano de 1981, pelas mãos do então Vereador Djalma de Almeida César.

Paralelamente ao labor de empresário e chefe de família, bem como de homem estudioso e desportista que sempre foi, Miguel Sallum não deixava de lado a marca de sua presença social e filantrópica. Entidades como: Serviços de Obras Sociais (SOS), Santa Casa de Misericórdia, Hospital Vincentino e tantas outras, sabem o que ele fez sempre no desejo de dar ao próximo carente, além do indispensável calor humano, sua efetiva contribuição.

Na vida social, a presença, como Diretor e colaborador de diversos clubes, espelha uma participação sempre ativa, significando exemplo para os jovens e respeito para os mais experientes.

Prestou serviços nos seguintes Clubes: Syrio Libanes (Curitiba), Santa Mônica (Curitiba), Clube Guaíra, Pontagrossense e Lagoa, de Ponta Grossa, sendo também membro do Rotary Clube Sul e da União Cultura Libanesa Pontagrossense.

Sua participação no setor esportivo fez dele um colaborador para com os diversos clubes desportivos, como o Operário Ferroviário Esporte Clube, dentre outras agremiações ligadas ao amadorismo ou mesmo ao profissionalismo, fora da modalidade futebolística.

Com seu falecimento fica uma imensa lacuna no coração não só de seus familiares e amigos, como também, no coração de todos que tiveram a felicidade de conhecer e conviver com tão digno homem, que foi na verdade um exemplo de vida e abnegação.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família, enviando votos de profundo pesar, no seguinte endereço: Rua Dr. Colares, 354 - Ponta Grossa - Paraná.

Sala das Sessões, em 02.05.94

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1047

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o nobre Plenário, envio de votos de pesar pelo falecimento do Sr. Miguel Sallum, ocorrido hoje, na Cidade de Ponta Grossa - Paraná.

Requer outrossim, que da decisão desta Casa seja dada ciência, em nome da família enlutada, à Rua Cel. Claudio, n° 24, Centro, CEP: 84.010-120, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 02.05.94

(a) DALTON MACHUCA

REQUERIMENTO N° 1051

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos, e formulado à família enlutada um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Gorski, ocorrido nesta Capital, no dia 29/04/1994.

Sala das Sessões, em 02.05.94

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Profissional do ramo de seguros, Francisco Gorski, tinha 58 anos de idade, era casado com D. Antonieta Woss Gorski e pai de três filhos.

Membro de uma das mais queridas famílias de nossa Cidade, Francisco Gorski, faleceu vítima de violência que toma conta de nossa Capital e das demais grandes cidades do País.

Cidadão responsável, profissional sério e pai extremado, Francisco deixa - seguramente - muita saudade entre aqueles que tiveram a oportunidade de privar do seu convívio.

Incorpora-se, por outro lado, ao conjunto das mais importantes razões para que toda a sociedade se mobilize com o fim de coibir a propagação da violência em nosso meio com cruel arrebatamento de figuras tão queridas, como Francisco Gorski.

REQUERIMENTO N° 1038

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata da presente Sessão votos de congratulações e cumprimentos pela pas-

sagem do 123º Aniversário de Emancipação Política do Município de Imbituva, expressões essas que atribuí às pessoas do Exmo. Sr. Nelson Fenker, DD. Prefeito Municipal, ao Ilmo. Sr. Lourenço Moleta, MD. vice-Prefeito Municipal, a Exma. Sra. Dra. Geana Carla Furlan, Meritíssima Juíza de Direito daquela Comarca, ao Exmo. Sr. Dr. Rodrigo Regnier Chemin Guimarães, DD. Promotor de Justiça, ao Exmo. Sr. Vereador João Orestes Fenker, DD. Presidente da Câmara Municipal e demais Ilustres Vereadores, integrantes daquela colenda Casa de Leis: Alberto Morimoto, Sílvio José Moleta, Antonio Moleta Filho, Aguiñel Bobato, Angelo Machado do Nascimento, Antonio Casemiro Lemos, Gabriel Pontarolo, Ivo Ragugetti, Joaquim Pinheiro de Almeida e José Antonio Pontarolo, bem como às demais autoridades locais e toda a população imbituvense.

Anteriormente chamada de Arraial do Cumpim, fundada por tropeiros por volta de 1870, vindo a 02/04/1910, receber os foros de cidade pela Lei nº 938, elevando-se à categoria de Comarca de segunda entrância.

Imbituva possui 976 Km² com uma população superior a 26.000 habitantes e é um dos progressistas municípios que integram o nosso querido Paraná.

Ensejando o significativo acontecimento, que marca a 03 de maio a Emancipação do Município de Imbituva, é que hoje rendemos a nossa homenagem à hospitaleira e cordial população imbituvense.

Parabéns Imbituva!

Sala das Sessões, em 02.05.94

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO Nº 1049

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo voto de congratulações à advogada Anita Zippin Monteiro da Silva, pela posse no cargo de Assessora Cultural da Companhia Paranaense de Telecomunicações, TELEPAR.

Que do teor do presente dê-se ciência à homenagem e ao Presidente da TELEPAR.

Sala das Sessões, em 02.05.94.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Advogada do maior gabarito, escritora de acurada sensibilidade, colaboradora de inúmeros jornais e periódicos do Paraná, Anita Zippin Monteiro da Silva é uma mulher de cultura invejável.

Recentemente, por ocasião da posse do Senador Luiz Alberto Martins de Oliveira, na Presidência da TELEPAR, Anita Zippin foi conduzida à assessoria cultural daquela empresa do sistema TELEBRÁS.

Curitiba, segunda, em 02.05.94

A indicação não poderia ser mais acertada. Anita Zippin não é mera diletante de eventos culturais. É uma pessoa preocupada em valorizar e incentivar a cultura e, com esse espírito, já ultima preparativos para realização de um arrojado projeto nessa área, dentro da TELEPAR.

Que o presente requerimento enseje nossos sinceros cumprimentos à Anita Zippin, manifestando votos de êxito na sua gestão.

REQUERIMENTO Nº 1021

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema de falta de água no bairro do Abranches, mais especificamente à Rua Lúcia D'Chant, proximidades do nº 825.

O pedido está sendo feito pelos moradores do local e afirmam que a falta de água vem ocorrendo há mais de seis meses, porém a conta da mesma chega todos os meses com acréscimo, sendo que o valor mínimo é de CR\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros reais). A situação encontra-se tão crítica que até o Posto de Saúde Diana localizado nas proximidades está praticamente paralisado pela falta de água.

O estranho é que nas outras ruas há água sobrando. Os moradores já procuraram a SANEPAR, porém a mesma não dá nenhuma resposta à população. Pede-se que o presente pedido seja atendido o mais breve possível, tendo em vista que a situação está piorando a cada dia e não é justo ser cobrado altas taxas por um serviço que não está à disposição dos moradores da citada rua.

Sala das Sessões, em 02.05.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1022

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua os órgãos competentes no sentido de atender os seguintes pedidos e reclamações feitos a este Gabinete Parlamentar: pede-se policiamento na saída das aulas do Colégio Estadual Guaíra, localizado no bairro Rebouças, tendo em vista que durante o dia há muitas brigas e desocupados agridem os alunos e à noite há marginais nas proximidades; pede-se também uma fiscalização no citado colégio quanto a cobrança de xerox de provas dos alunos, o que não é justo

pois os alunos levam o papel sulfite e ainda têm que pagar uma taxa; e pede-se que a SANEPAR resolva o problema da água que vem suja para todos os apartamentos do prédio localizado à Rua Brigadeiro Franco nº 4000 - Água Verde.

Sala das Sessões, em 02.05.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1023

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de proceder limpeza geral nas valetas e nos terrenos da Rua Marrocos - Vila Palmital.

O pedido está sendo feito pelos moradores daquela rua, tendo em vista que as valetas estão em estado lastimável, exalando um mau cheiro insuportável e os terrenos baldios estão todos cheios de mato.

Sala das Sessões, em 02.05.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1024

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de proceder estudos quanto a abertura de uns 200 metros da Travessa 4 na Estrada Ângelo Pianaro - bairro Botiatuvinha.

O pedido está sendo feito pelos moradores das proximidades, os quais, além da abertura da travessa, solicitam também a implantação de rede de água e esgoto e energia elétrica. Pedem que o seu pedido seja atendido uma vez que inúmeras pessoas serão beneficiadas.

Sala das Sessões, em 02.05.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1025

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rua Nereu Ramos - Vila Amélia, os quais solicitam reparos nas ruas dessa vila, sendo que as mesmas encontram-se totalmente abandonadas.

Sala das Sessões, em 02.05.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1026

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais RE-

QUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de providenciar professores de Matemática para as 5.^a séries do 1º grau no Colégio Estadual Santa Felicidade, tendo em vista que desde o início do ano letivo os alunos não tiveram nenhuma aula dessa matéria.

O pedido está sendo feito pelos pais dos alunos uma vez que eles estão preocupados pois já faz três meses que não há professor no colégio e nada é feito para sanar o problema. Pedem os pais uma melhor atenção da Secretaria de Estado da Educação quanto ao ensino e remuneração dos professores do Paraná.

Sala das Sessões, em 02.05.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1027

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de intensificar o policiamento na Praça São Raphael - Conjunto Itatiaia - Campo Comprido, tendo em vista que no local reúnem-se desocupados, ficam bebendo e fumando maconha, atentam ao pudor e brigam com pessoas que por lá transitam.

O pedido está sendo feito pelos moradores das proximidades os quais estão desesperados com a falta de segurança. Pedem providências urgentes procurando-se evitar algum acontecimento mais grave e irreversível.

Sala das Sessões, em 02.05.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1028

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de providenciar a limpeza de uma valeta que localiza-se à Rua Toledo, nº 681 - Jardim Alto Tarumã. O pedido está sendo feito pela moradora do endereço citado tendo em vista que a valeta está entupida, exalando um mau cheiro insuportável e causando muitos transtornos para todos os moradores do local.

Sala das Sessões, em 02.05.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1029 ;

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente,

usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de providenciar professor de Matemática para a 5.^a série do 1º Grau no Colégio Estadual Safel, localizado no bairro de Santa Felicidade. O pedido está sendo feito pelos pais dos alunos e afirmam que desde o início do ano letivo seus filhos não tiveram aula dessa matéria. Pedem providências urgentes tendo em vista que os alunos estão sendo seriamente prejudicados pela falta dessa matéria tão importante no currículo escolar.

Sala das Sessões, em 02.05.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1030

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR, no sentido de atender o pedido feito a esse Gabinete Parlamentar quanto a instalação de um aparelho telefônico público em frente à Escola Mirazinha Braga, localizada à Rua João Guilherme Guimarães, no Bairro do Bom Retiro. Com atendimento dessa solicitação inúmeras pessoas serão beneficiadas tendo em vista ser um local bem movimentado.

Sala das Sessões, em 02.05.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1033

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e do Turismo Sr. Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, no Distrito Guaragi.

O Distrito acima referido, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia, sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 02.05.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1034

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e do Turismo Sr. Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, no Distrito Uvaia.

O distrito acima referido, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia, sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 02.05.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1035

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e do Turismo Sr. Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, no Distrito Periquitos.

O distrito acima referido, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia, sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 02.05.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1036

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e do Turismo Senhor Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, no Distrito Itaipococa.

O distrito acima referido, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia, sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 02.05.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1039

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Reinaldo José Rodrigues dos Santos, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a liberação de recursos financeiros para construção de aterro sanitário, no Município de Inácio Martins.

A presente solicitação justifica-se pela real necessidade quanto a construção de um aterro sanitário no município, que terá assim, um local apropriado para destinar o lixo acumulado, sem poluir rios, e não colocar em risco a saúde dos municípios.

Sala das Sessões, em 02.05.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1040

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente

ao Ilmo. Sr. Elerian do Rocio Zanetti, Diretor Presidente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros para reformas da Escola Estadual 14 de Dezembro, no Município de Peabiru.

Sala das Sessões, em 02.05.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1041

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário seja encaminhado expediente ao Exmo. Senhor Mauro Goulart, Secretário de Estado da Saúde, solicitando doação de medicamentos ao Município de Quinta do Sol.

A presente solicitação visa atender a população carente do município, que tem enorme dificuldade em adquirir medicamentos, devido o seu alto custo.

Sala das Sessões, em 02.05.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1048

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial deste Poder ao Senhor Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, solicitando policiamento ostensivo, no período noturno, no Colégio Estadual São Cristóvão, localizado à rua Paulo Scherme, n° 158, e imediações, no Município de São José dos Pinhais.

Que do teor do presente dê-se ciência à diretora do referido estabelecimento de ensino, professora Maria Adeli Silveira.

Sala das Sessões, em 02.05.94.

(a) ALGACI TULLO

JUSTIFICATIVA:

O presente expediente atende a solicitação da professora Maria Adeli Silveira, diretora do Colégio Estadual São Cristóvão, no Município de São José dos Pinhais.

Preocupada com a constante e impune ação de marginais nas imediações do Colégio, principalmente no período noturno, aquela diretora encarece providências por parte da Polícia Militar, a fim de garantir a segurança dos alunos, professores e funcionários do estabelecimento de ensino.

Diante disto, confiamos na diligente atenção do senhor Comandante Geral da PMPR, a fim de determinar policiamento ostensivo na localidade.

REQUERIMENTO N° 1050

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial deste Poder à Companhia de Saneamento do Paraná, SANE-PAR, solicitando providências para a constante interrupção no abastecimento de água nos bairros Barreirinha e Abranches, nesta Capital, conforme abaixo-assinado que segue anexo.

Sala das Sessões, em 02.05.94.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Conforme poderá ser verificado pelo abaixo-assinado, que segue anexo, os moradores dos bairros Abranches e decorrência da constante interrupção no abastecimento de água daquela região.

Segundo tais moradores, a interrupção ocorre diariamente, entre as 09:30h e as 11:30h, causando dificuldades para providências de higiene e, inclusive, preparação de alimentos às inúmeras famílias residentes na área descrita.

Diante disso, confiamos nas providências da SANEPAR para, dentro da maior brevidade possível, regularizar o abastecimento de água nos bairros Barreirinha e Abranches, nesta Capital.

REQUERIMENTO N° 1020

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja solicitado do egrégio Tribunal de Contas, se digne informar a esta Casa de Leis, o resultado da auditoria realizada no Banco do Estado do Paraná S/A, para apurar responsabilidades decorrentes de rescisões de contrato de trabalho com empregados aposentados, bem como das eventuais irregularidades havidas na área de salários e gratificações pagas a diretores e funcionários; licitações para contratações de empresas de outros Estados da Federação para auditorias e assessorias; bem como da transparência nos jogos contábeis de seus balanços.

De se notar que a referida auditoria foi solicitada por esta Assembléia Legislativa, em data de 15 de julho de 1993 (Ofício n° DA/CEA/S/C/2130/93), segundo decisões unânimes proferidas nas Sessões Legislativas dos dias 17 de junho e 29 de julho do ano de 1993, quando então se estabeleceu o prazo de 120 (cento e vinte) dias prorrogáveis no máximo por mais 60 (sessenta) para tal fim.

Havendo se escoado por demais este prazo sem que houvesse qualquer pronunciamento a respeito e, tendo em vista que até a Diretoria do referido estabelecimento

Curitiba, segunda, em 02.05.94

financeiro estatal já foi modificada - ou está sendo -, objetiva este reiterar junto ao egrégio Tribunal de Contas o resultado das solicitações que lhe fez a Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 02.05.94.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO N° 1045

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Rolf Koerner Júnior, solicitando:

1. Como resultado do convênio Banco do Brasil - Polícia Militar do Paraná, ficava alguma verba para o Comando da Capital?

1.1. Se sim, qual era o percentual?

1.1.1. Quem era o responsável pela administração destes recursos?

2. Solicitamos cópia do IPM instaurado e da solução dada por este Comando.

Sala das Sessões, em 02.05.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 146-94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo do Estado, autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Verê/PR, a área de terras sob n° Lote 03, Quadra n° 57, localizada na Rua Princesa Isabel, Município de Verê/PR, com área de 797,00m², com benfeitorias, constituída de um prédio em alvenaria, para fins comerciais, com a área total de 167,00 m², coberta de telhas, assoalhos, tacos, pintura a cal, dentro dos seguintes limites e confrontações:

NORDESTE: com o lote n° 04, com 20,00m;

SULESTE: com o lote n° 01, com 39,85m;

SUDOESTE: com a Rua Princesa Isabel, com 20,00m;

NOROESTE: com o lote n° 05, com 39,85m.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.05.94.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura Municipal de Verê/PR, em data de 31 de Agosto de 1.981, doou ao Governo do Estado do Paraná - Secretaria de Estado das Finanças, através da Lei n° 80/81, o então Lote Urbano n° 01, da Quadra 57, com área de 790,00 m², atualmente Lote Urbano n° 03, de Quadra 57, de acordo com a Matrícula n° 6.450, do 2° Ofício do Registro Geral de Imóveis da Comarca de

Pato Branco/PR.

O imóvel acima citado foi doado para a construção do Prédio da Agência de Rendas.

Posteriormente a Agência de Rendas do Município foi desativada. A reabertura da Agência de Rendas é impossível, tendo em vista que inúmeros pedidos foram feitos e as respostas sempre afirmaram que segundo os critérios adotados pelo Governo do Estado, o município não preenche os quesitos necessários para autorizar a reabertura.

Atualmente está funcionando no referido local a Câmara Municipal de Vereadores. A transferência do imóvel reivindicado beneficiaria a Câmara Municipal, tendo em vista seu funcionamento precário no prédio. Outrossim, informamos que a Câmara Municipal se propõe a realizar as reformas necessárias, beneficiando também o Setor de Educação do Município e a APMI.

Assim sendo, tendo em vista que o benefício proposto no Projeto original não foi atingido, e a urgente necessidade da Câmara Municipal possuir um local próprio e adequado para o seu funcionamento, esperamos o apoio dos nobres Pares, e do Senhor Governador do Estado, para que o terreno e o edifício sejam reintegrados ao patrimônio do Município.

PROJETO DE LEI N° 147

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação Brasileira de Ensino Técnico Industrial - ABETI", com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.05.94.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Associação que ora é apresentada para ser declarada de Utilidade Pública, tem como finalidades a melhoria e desenvolvimento do Ensino Técnico Industrial e das condições de trabalho daqueles que nele militam. Essa Associação desde a sua fundação, está assessorando os Sindicatos de Técnicos Industriais de quinze Estados brasileiros no que diz respeito à formação profissional, e está garantida pela Lei 5524/68 e Decreto 90922/85.

Sendo assim, contamos com a aprovação dos Senhores Deputados nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 148

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Concede Título de Cidadão

Honorário ao Senhor Osni Prates Pacheco.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.05.94.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Nosso homenageado, Senhor Osni Prates Pacheco, nascido a 21 de setembro de 1943, na localidade de Papanduvas, Santa Catarina, é filho de Teófilo Prates e Maria Pacheco Prates, casado e pai de duas filhas. Vindo de família humilde e com grandes necessidades, começou a trabalhar já na infância como engraxate. Aos 19 anos empregado como vendedor no Grupo Malucelli, em quatro anos estava já no cargo de Gerente Geral de Compras, onde adquiriu experiências e em 1968 iniciou atividade comercial no ramo da indústria de panificação e distribuição de hortifrutigrangeiros, criando assim a Cotrans Comércio e Transportes Ltda, especializando-se no atendimento aos canteiros de obras de usinas hidrelétricas, como Usina de Capivari Cachoeira, Foz do Chupim, Salto Osório, Salto Santiago, Foz do Areia e Itaipu. Paralelamente exerceu atividades no ramo de locação de veículos à Usina de Itaipu e suas empreiteiras. Em 1982, ampliando o setor de locação atingiu segmentos de órgãos públicos e privados na Capital, Araucária, Foz do Iguaçu e nos estados de Santa Catarina e São Paulo. Com o crescimento e a especialização neste ramo, em 1985 desativou o setor de panificação e hortifrutigrangeiros. Adotando nosso Estado como seu de coração e com seu espírito inquieto e esportista, ocupou o cargo de diretor do Coritiba Futebol Club em 1985, conquistando o título de Campeão Paranaense de 1986. Como Vice-Presidente do Clube Atlético Paranaense conquistou o campeonato nos anos de 1970 e 1988. Sócio Benemérito do Clube Atlético Paranaense em 1989; Bola de Ouro em 1989 e 1990; Chuteira de Ouro em 1990; Destaque Especial Curitiba Hoje em 1990; Troféu Imprensa Paraná em 1991; Sócio Benemérito Associação Médica do Paraná em 1993. Em 30/03/1994, sua empresa Contrans Comércio e Transportes Ltda, foi homenageada pela Câmara Municipal de Curitiba, com o Título de "CONSAGRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL". Prova-se com isso que Osni Prates Pacheco é pessoa humilde, dinâmica e atuante, tem como base o pensamento "O homem que trabalha com honestidade e mantém sua humildade, só pode vencer na vida". Esse pensamento ultrapassa as fronteiras de sua vida profissional, para constituir-se em uma das razões maiores que o consagra titular de um notável e invejável círculo de amigos em todas as áreas, profissionais, sociais, bem como no campo das atividades esportivas adquirindo a simpa-

tia dos que com ele convivem.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente a palavra com o Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

No último sábado, na Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa, esteve reunida a Federação das Associações Comerciais do Paraná.

Entre os inúmeros assuntos ali tratados de ordem administrativa e funcional daquela entidade, entrou em pauta a Ouvidoria Geral do Estado do Paraná, na pessoa do ex-Deputado Oswaldo Trevisan que ali compareceu e brilhantemente demonstrou de que o entendimento pelo qual os senhores comerciantes e industriais do Paraná têm o livre acesso aquela ouvidoria do Estado e outros assuntos de interesse dos senhores participantes daquele encontro foi aventado, entre os quais o segundo grande evento a ser efetuado neste mês de maio aqui no Parque Barigui, que é o Encontro do MERCOSUL, onde 180 participantes dos quatro países e de todos os Estados desta Federação estarão presentes neste evento que é a arrancada inicial para o MERCOSUL a ser iniciado em janeiro/95.

Junto a este palpitante assunto, tivemos a demonstração da pessoa encarregada desse evento aonde todos os senhores industriais, comerciantes e interessados no MERCOSUL que vai ser realmente a redenção econômica para este Conesul, com interligação direta com o Mercado Comum Europeu, faremos com que esse conclave a ser efetivado tenha por parte deste deputado e desta Casa o aval, a presença, a participação e principalmente a decisão, que seja realmente um sucesso.

Junto a esse evento foi colocado pela Secretaria dos Transportes que ali estava presente, representada pelos seus diretores técnicos não só o aval daquela Secretaria, mas a presença do Senhor Governador do Estado, através daquela pasta, verificamos de que a Secretaria de Transportes do Paraná está de mãos dadas a propositura do nosso Presidente Orlando Pessuti, que é o Presidente do COPASUL, a propositura do nosso companheiro Presidente do Bloco Municipalista desta Casa o Deputado Toti Colação, deste deputado que vos fala e de todos os deputados interessados naquele terceiro traçado da rodovia MERCOSUL.

O primeiro já eliminado, que era o traçado pelo Litoral, o segundo já efetivado que é a interiorização do Estado do Rio Grande, de Santa Catarina e do Paraná, desembocando em União da Vitória e agora a proposta do COPASUL, fazendo com que nós de União da Vitória puxássemos o traçado a

Curitiba, segunda, em 02.05.94

Irati, Ponta Grossa, Castro, Piraí, Jaguariaíva, Itararé, São Paulo fechando o eixo Buenos Aires São Paulo.

Tivemos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, unanimidade do Senhor Presidente da Federação e dos senhores associados Presidentes de todas as associações comerciais do Paraná que ali se encontravam e ainda do Presidente da Federação das Indústrias e das Associações Comerciais de Santa Catarina, o Dr. Uei, que num sentido realmente de irmão de Santa Catarina, já disse que naquele encontro de Florianópolis, Sua Excelência atual Governador Mário Pereira de viva voz, naquele tempo no exercício do mandato e hoje efetivado como Governador, já abraçava a causa e nós tivemos a certeza que agora mais esse segmento importante da família paranaense que são os industriais e comerciantes, nós haveremos de ter realmente esse traçado a ser concretizado.

Não poderíamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, deixar de registrar nesta Casa o empenho do Governador, a participação do Presidente desta Casa e do Bloco Municipalista e ainda agora da Federação das Indústrias do Paraná e para maior alegria tivemos neste mesmo local, ainda desenvolvida uma Associação Comercial e Industrial da cidade de Ponta Grossa a programação a ser efetivada, aonde um convite ao Presidente Orlando Pessuti, na pessoa como Presidente desta Casa, como Presidente do Conselho Parlamentar do Sul, como homem ligado e interessado no desenvolvimento deste conhecimento hoje ramal da fome que será transformado com essa estrada com o ramal do progresso, o ramal do emprego e o ramal realmente do entendimento comum entre os nossos países co-irmãos e todo o solo pátrio brasileiro. Será a nossa cidade, a nossa região o entreposto do MERCOSUL a ser oferecido pelas matérias primas que ali são possuidores todos os municípios dessa grande região do Paraná e teremos a certeza que a redenção disto está nesta estrada.

Por isso, Senhor Presidente, antecipando já a próxima reunião na minha cidade é que eu venho ao Paraná dizer o muito obrigado em nome desta Casa a todas as associações comerciais e industriais do Paraná que unanimemente aprovaram esse traçado e aprovam realmente o empenho da Secretaria de Transportes do Paraná, o empenho do Governador Mário Pereira e o empenho realmente demonstrado do Bloco Municipalista desta Casa.

O Sr. Algaci Túlio- Permite um aparte, Deputado? (Assentimento)

Quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, um assunto por demais importante que diz respeito à questão do MERCOSUL e

que esta Casa tem discutido constantemente na reunião do Parlamento do Sul que foi criado e cujo Presidente é o nosso Presidente Orlando Pessuti e que nos próximos dias 12 e 13 provavelmente estaremos em Santana do Livramento, mais uma vez acompanhando aqueles Deputados que fazem parte desta Comissão que trata do MERCOSUL, que trata do Parlamento do Sul, tratando exatamente deste assunto. Eu tenho certeza que V.Exa. levará para aquela reunião esta reivindicação do novo traçado, dando esta alternativa desse traçado, passando pelo ramal da fome, saindo daqui desse ramal da BR-116. Eu acho por demais importante o que traz o Deputado Zuk para a Casa hoje, porque afinal de contas não podemos perder tempo. A Universidade do Rio Grande do Sul já fez um estudo muito aprofundado, inclusive até com todo um traçado, como já disse V.Exa. a segunda alternativa saindo do traçado pelo litoral do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. V.Exa. traz um complemento nesse segundo traçado, deixando de vir pela BR-116 e saindo em direção a Ponta Grossa, Castro, Jacarezinho e daí para a frente. Parece-me que esta é uma boa alternativa e poderemos com muita profundidade, com toda a certeza, discutir isto lá em Santana do Livramento. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Nós é que agradecemos o Deputado, ex-Vice Prefeito que conosco em Florianópolis, juntamente com outros Senhores Parlamentares desta Casa, lá esteve presente não só naquele Encontro, em vários outros encontros do MERCOSUL e do traçado dessa estrada. O Algaç Túlío, além de referendar a sua posição como administrador e homem de visão futura como o foram os ex-Prefeitos, o nosso companheiro Oswaldo Trevisan, de Cornélio Proença, o Toti Colaço, de Irati, e tantos outros ex-Prefeitos que aqui se assentam, nós temos a certeza que o Bloco Municipalista desta Casa, que a Presidência deste Parlamento, que o Governo deste Estado, que a região abrangente com a estrada do MERCOSUL haverá de dar a resposta àqueles que realmente não acreditavam que com a vontade, que com a perseverança do propósito e acima de tudo com a mão amiga estendida pelo BIRD que tem o maior dos interesses para que a estrada seja concretizada nós haveremos de ter a redenção econômica desta região esquecida, porque é a única região aonde a Transbrasiliana não tem a sua ligação efetivada. Em todo o solo pátrio a Transbrasiliana se estende do norte ao sul do país e infelizmente nesse trajeto o complemento virá com esta estrada do MERCOSUL.

Agradeço a oportunidade do assunto e uma vez mais encerrando o nosso muito

obrigado à Federação das Indústrias do Paraná que é mais um aliado às causas do Paraná, às causas de Santa Catarina, às causas do Rio Grande do Sul e às causas da nossa redenção que é a estrada do MERCOSUL.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados. Causa certa dúvida e estranheza quando os pedidos de informações do Poder Legislativo não têm a resposta devida dentro do prazo regimental e constitucional por parte dos órgãos estaduais. Tornou-se quase que praxe o Executivo não dar muita atenção ao que solicita o Poder Legislativo, a raná por suspeitas de irregularidades na contratação de pessoas, nos contratos feitos de dispensa de funcionários com prejuízos seríssimos ao Banco do Estado do Paraná, prejuízo ao grande acionista que é o Governo do Estado, que é o povo paranaense, prejuízos aos pequenos acionistas, aos acionistas minoritários. Falou-se em balanço adulterado do Banco do Estado do Paraná, falou-se em excesso de publicidade de dois requerimentos esta Assembléia Legislativa aprovou por unanimidade um pedido de auditoria no Banco do Estado do Paraná por supostas irregularidades na contratação de pessoas, nos contratos feitos de dispensa de funcionários com prejuízos seríssimos ao Banco do Estado do Paraná, prejuízo ao grande acionista que é o Governo do Estado, que é o povo paranaense, prejuízos aos pequenos acionistas, aos acionistas minoritários, falou-se em balanço adulterado do Banco do Estado do Paraná, falou-se em excesso de publicidade onde o Banco do Estado do Paraná, o nosso BANESTADO é o terceiro banco brasileiro que dispense maior importância em publicidade, apesar de não ser o terceiro em depósitos em aplicações, em movimentação em geral. É de se estranhar, Senhor Presidente, que o Tribunal de Contas não cumpra aquilo que a Constituição determina. O pedido de auditoria estabeleceu um prazo de 120 dias para que o Tribunal de Contas procedesse uma auditoria no Banco do Estado do Paraná, podendo ser solicitado mais dois meses para sua conclusão. Mas são decorridos, praticamente, 11 meses, e essa auditoria não processou. Tenho informação que os dados que eram solicitados pelos Senhores auditores não tinham a resposta necessária por parte da diretoria e altos funcionários do Banco do Estado. Hoje os rumores circulam de que uma nova diretoria haverá de dirigir o Banco do Estado do Pa-

Paraná. Não me cabe analisar quais as razões que levaram o Governador atual a proceder uma modificação tão radical já menos de nove meses do término do seu mandato e do mandato, naturalmente, da atual diretoria do BANESTADO. Não sei se é por ordem administrativa ou de ordem política ou eleitoral, ou funcional, ou de irregularidades que o Senhor Governador do Estado deve ter detectado por ter sido informado dessas irregularidades, e não se conformando com o estado de coisas tomou essa providência de substituir a atual diretoria do Banco do Estado do Paraná.

É um assunto muito sério porque essa auditoria foi alguma coisa de novo nesta Assembleia Legislativa, nunca se fez, nunca se requereu e nunca se aprovou requerimento nesta Casa de auditoria do seu estabelecimento oficial, de crédito, o Banco do Estado do Paraná. Tamanhas são as irregularidades anunciadas pela imprensa, divulgadas pelos órgãos de comunicação...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - V.Exa. passa a falar no Horário do PL.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Usarei, de acordo com a determinação de V.Exa. no Parecer dado ao pedido, uma questão de Ordem levantada pelo Senhor Deputado Nelson Justus, usarei cinco minutos que tenho por semana, para falar em nome do Partido Liberal.

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, esta situação do Banco do Estado do Paraná deve ser analisada em profundidade. Esta auditoria deveria ter concluído o seu trabalho e se não o fez, está contrariando frontalmente a Constituição do Estado do Paraná. Não sei o que está ocorrendo no Tribunal de Contas, não sei por que razão a Presidência do Tribunal de Contas não tomou a iniciativa de acelerar e cumprir com aquilo que determinou a Assembleia Legislativa do Paraná.

Nestas condições, estou encaminhando à Mesa, um requerimento nos seguintes termos:

(Lê).

"REQUERIMENTO

Exmo. Sr. Deputado Orlando Pessuti DD. Presidente da Assembleia Legislativa

SÚMULA: Requer informações do Egrégio Tribunal de Contas do Estado.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja solicitado do Egrégio Tribunal de Contas, se digne informar a esta Casa de Leis, o resultado da auditoria realizada no Banco do Estado do Paraná S/A, para apurar responsabilida-

Curitiba, segunda, em 02.05.94

des decorrentes de rescisões de contrato de trabalho com empregados aposentados, bem como das eventuais irregularidades havidas na área de salários e gratificações pagas a diretores e funcionários; licitações para contratações de empresas de outros Estados da Federação para auditorias e assessorias; bem como da transparências nos jogos contábeis de seus balanços.

De se notar que a referida auditoria foi solicitada por esta Assembleia Legislativa, em data de 15 de julho de 1993 (Ofício nº DA/CEA/S/C/2130/93), segundo decisões unânimes proferidas nas Sessões Legislativas dos dias 17 de julho e 29 de julho do ano de 1993, quando então se estabeleceu o prazo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis no máximo por mais 60 (sessenta) para tal fim.

Havendo se escoado por demais este prazo sem que houvesse qualquer pronunciamento a respeito e, tendo em vista que até a diretoria do referido estabelecimento financeiro estatal já foi modificada - ou está sendo -, objetiva este reiterar junto ao Egrégio Tribunal de Contas o resultado das solicitações que lhe fez a Assembleia Legislativa.

Sala das Sessões, em 02.05.94.

(a) COLOMBINO, GRASSANO"

Não é possível que o Tribunal de Contas de junho até esta data não tenha completado a sua auditoria e sabemos que as irregularidades existem, mas que as pressões também são enormes no Banco do Estado, deixando de fornecer as informações solicitadas pelo Tribunal de Contas.

Era esse o requerimento que eu queria submeter à apreciação dos Senhores Deputados, na certeza de que dando apoio e aprovando, haverá o Tribunal de Contas prestar a informação solicitada e mais do que a informação solicitada, cumprir com a sua obrigação perante a Assembleia Legislativa do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Uso a tribuna mais uma vez para reiterar e rogar à Mesa para que coloque em discussão do Plenário, o pedido de instalação de uma CPI do Porto de Paranaguá.

Adormece nas gavetas, não sei exatamente se está na Mesa ou em alguma Comissão, a nossa solicitação de uma CPI, inclusive em regime de urgência.

Eu queria rogar também ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado titular, Erondy Silvério, para que

ele se manifeste a respeito da CPI do Porto de Paranaguá.

Há dias nós estamos assistindo pela imprensa escrita, principalmente, um desfile das irregularidades que aconteceram e acontecem no Porto de Paranaguá. Fiquei pasmo quando folheava o jornal "O Estado do Paraná" traz a seguinte matéria:

"IRREGULARIDADES AMEAÇAM O PORTO"

O Tribunal de Contas

quer saber onde foram

parar US\$ 25 milhões

que o governo investiu.

O novo superintendente dos Portos de Paranaguá e Antonina, José Carlos Senden Júnior, que tomou posse na semana passada, terá problemas financeiros a enfrentar durante oito meses de governo de Mário Pereira. O Porto de Paranaguá passa por uma das mais difíceis crises de caixa e nos últimos meses desembolsou cerca de 10 milhões de dólares em indenizações trabalhistas. Outros 10 milhões estão comprometidos com outros acordos trabalhistas - com suspeitas de irregularidades - e deverão ser pagos nos próximos dias. O comprometimento mensal da empresa é de 1,5 milhão de dólares e isso pode inviabilizar financeiramente o porto.

No período de quase dois anos, o Tribunal de Contas do Estado, através de seus técnico, detectou 30 despesas, firmadas pela administração, de forma irregular e com suspeita de desvio do dinheiro público. Segundo o conselheiro do TC, João Féder, que coordenou e dirigiu os trabalhos de fiscalização feitos pela primeira inspetoria de Controle Externo, o Tribunal tem a função de encaminhar as decisões de cumprimento - sanando as possíveis ilegalidades - para os órgãos específicos do governo, no caso a própria administração do porto. "Quando não acatam o que foi definido, outras medidas mais drásticas são tomadas", alertou Féder, que atualmente ocupa cargo na segunda inspetoria do TC.

Das cerca de trinta impugnações realizadas nos últimos dois anos pelo Tribunal, algumas já foram inclusive decididas em Plenário, quase sempre por unanimidade. Uma delas questionando até os investimentos feitos pelo porto durante este governo. Na gestão de Mário Lobo, o ex-superintendente da APPA (Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina), o porto recebeu aproximadamente 30 milhões de dólares para investimentos.

Destes, somente cinco milhões foram oficialmente aplicados. Além disso os relatórios de fiscalização, realizados pelo TC, também apontam o sucateamento dos equipamentos pesados, utilizados para as exportações.

CPI

Além dos relatórios e decisões do TC determinando a reparação das irregularidades, existe um pedido do Deputado Mário Bezerra (PTB), na Assembleia Legislativa, requerendo a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as diversas denúncias levantadas pela Comissão Especial da Casa que acompanhou o caso. Antes do final de 1993, os parlamentares integrantes da Comissão conversam e coletaram informações do comandante geral dos portos, Nelson Pessoa Martinelli, que acusou o então superintendente Mário Lobo de não tomar as devidas providências nos trabalhos de dragagem do Canal da Galheta.

O pedido foi encaminhado ainda no ano passado e ainda não há resposta sobre a possibilidade ou não de instauração. De acordo com o Regimento Interno da Assembleia não haverá problema na instauração, já que o limite máximo é de cinco CPIs funcionando ao mesmo tempo. Atualmente, somente uma ainda tramita a do bóia-fria."

É grave, Sr. Presidente! Esta história dos acertos trabalhistas, tenho comprovante de que é irregular e me cheira maracutaia. Só a CPI vai resolver isso. Aí folheando um outro jornal, o "Correio de Notícias", do último dia 30, pasmei. Em depoimento do Superintendente Mário Lobo, em certa altura ele declara: "aquele pessoal da Oposição do Legislativo que fez sindicância no Porto não teve competência para provar nada contra mim. São burrinhos demais, não entendem nada de administração portuária". Observou, acrescentando ainda, que o pessoal do Tribunal de Contas do Estado também tem feito guerra contra mim, disse ele: "é tudo a mesma orquestração política, eles fazem inspeções rotineiras em qualquer órgão do Estado, mas quando relatam coisa do Porto é só para situar que aqui são cometidos grandes escândalos".

É uma grande piada, Sr. Presidente. Se a Assembleia não tomar providências, exigindo urgência no trâmite do nosso pedido de CPI, que não sei em que comissão se encontra, e, posteriormente, de imeditato, a Mesa não colocar à apreciação do Plenário, cairemos no ridículo. Há um pedido de CPI formulado no ano passado - por mim, pelo Deputado Algaci Túlio que com muita competência esteve comigo no Porto, Deputado Rosinha, e o Deputado Fregonese, que foi suplente da Comissão que acompanhou o caso. O pedido está fundamentado, Sr. Presidente, em provas de que houve irregularidades. Nós fomos buscar somente o problema do assoreamento do Porto porque em junho de 93 um navio encalhou no Porto. A administração do Porto não promoveu a devida retirada da areia do fundo mar e

lá encalhou o navio. Até hoje o problema continua. Fomos lá buscar esse problema.

Qual não foi o nosso espanto que descobrimos que o processo na época formulado por aquela Superintendência foi totalmente irregular. Nos dois Termos Aditivos que foram feitos junto à Companhia DOCA, foram totalmente irregulares. Faltaram Pareceres técnico e jurídico. Formalizamos o processo e ficamos cinco meses trabalhando em cima disto e ao final do Relatório solicitávamos providências da Casa. Concomitantemente ao pedido de CPI, nós requeríamos naquela oportunidade, ao final de 1993, que cópias do Relatório, assim como as peças do processo, fossem remetidas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná e ao Ministério Público. Qual não foi a nossa surpresa quando o Vice-Líder do Governo àquela época titular, o suplente e Deputado Bona Turra, encaminhou contra o nosso requerimento que não passou, não foi remetido ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público, porque se fosse remetido ao Ministério Público tenho a certeza que alguma providência seria tomada.

Na mesma ocasião pedimos regime de urgência no Pedido de CPI nosso. Foi aprovado pela Casa, mas até hoje adormece, Sr. Presidente.

É necessário que nós coloquemos em discussão no Plenário para que os Deputados possam se posicionar.

O Sr. Ernani Pudell - Concede-me um aparte, nobre Deputado? (Assentimento).

Estou ouvindo atentamente o pronunciamento de V.Exa. e é evidente que existe uma má vontade muito grande aqui por parte da maioria que nesta Casa acaba por nos impedir de exercermos uma das atribuições fundamentais do Parlamento que é o de fiscalizar o uso do dinheiro público.

Eu quero aproveitar a oportunidade para sugerir a V.Exa. que encaminhe esta matéria através de representação à Procuradoria de Justiça do Paraná, que agora nós temos, pelo menos é esta a expectativa, como Procurador Geral, uma pessoa que tem anunciado frequentemente que irá criar um grupo especializado naquela instituição para acompanhar e tomar as medidas judiciais cabíveis para fazer resguardar o patrimônio público. Então, se esta Casa infelizmente não nos permite exercer esse direito eu entendo que temos que nos socorrer nas portas da justiça. Eu acho que este é o caminho diante de tudo que Vossa Excelência tem mostrado e que não tem sido tomado providências para apurar as denúncias tão graves aqui levantadas.

O Sr. Lourenço Fregonese - Deputado Bezerra, há mais de três anos venho a esta Tribuna, a esta Casa, pedir providências

Curitiba, segunda, em 02.05.94

para o Porto de Paranaguá. Todas elas eu indicava aonde estava o problema, nenhuma vez eu fui atendido, sempre o Deputado Trevisan me chamava de ave de mal agouro; hoje eu vejo e sinto que o ex-Deputado Trevisan deve estar se sentindo uma iena, porque ele deve estar comendo toda essa porcaria que tem sido estampada nos jornais do Paraná. Gostaria de dizer: o Porto de Paranaguá está vivendo um momento crítico na sua história, os problemas são fantásticos. Digo mais: gostaria que esta CPI fosse aprovada. Digo mais: pediria que quando essa CPI fosse aprovada, que os componentes dessa CPI fossem diretamente nos suplementos da explosão do silo do Porto de Paranaguá, nos aditivos daquele silo.

Gostaria que essa CPI fosse verificar a divisão de quantos advogados trabalhistas ganharam, quantos prazos foram perdidos propositadamente para que nada se fizesse, não se resguardou nunca o Tesouro do Estado. Deputado Mário Bezerra, a lama está aí, as respostas estão aí. Eu por três anos falei, por cinco meses me calei; e agora todas as evidências estão vindo à tona. Através da imprensa li que o Superintendente Mário Lobo ameaça contar tudo o que acontece no Porto de Paranaguá. E espero que o Superintendente Mário Lobo, que agora sinto que foi usado pelo Governo do Estado, venha a público e conte um pouco das verdades do Porto de Paranaguá, conte o quanto de sujeira foi praticado naquele terminal nos últimos dez anos do Porto de Paranaguá. Espero, em nome da decência, em nome da política séria que seja aprovado nesta Casa essa CPI. O Paraná não merece a ladroagem que aí está.

O SR. MÁRIO BEZERRA - O que é mais grave,

Srs. Deputados e que deve ser considerado pelo atual ocupante do Palácio Iguaçu, o Governador Mário Pereira, ao final do nosso relatório nós solicitamos o envio desse processo ao Ministério Público para o enquadramento do ex-Governador Roberto Requião e também do atual Governador Mário Pereira, nós solicitamos inclusive o enquadramento no artigo 319 do Código Penal para o Mário Pereira, porque ele prevaricou, pelo levantamento do processo ele prevaricou porque ele não obedeceu as normas legais que são os Pareceres jurídicos e técnicos, tanto da Secretaria de Transportes quanto da Casa Civil, ele simplesmente homologou o termo aditivo, mais precisamente o primeiro termo aditivo que muda data de pagamentos sem os devidos Pareceres. Quer dizer, houve prevaricação.

Eu concedo um aparte ao Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - O sistema de

som parece que não ajuda a oposição.

Justamente este último aspecto que Vossa Excelência abordou que era objeto do meu aparte. O Senhor Mário Lobo estava sobre a responsabilidade funcional e hierarquicamente ele era subalterno ao Senhor Secretário dos Transportes, hoje Governador do Estado. Alguma forma superior mantinha o superintendente do Porto de Paranaguá no seu cargo, força que sobrepuja a força do próprio Secretário dos Transportes. Então, é estranhável Srs. Deputados e até é motivo de que se faça uma melhor averiguação e um melhor estudo das razões que levaram o Senhor Governador Mário Pereira a demitir e afastar o Senhor Mário Lobo da Administração do Porto de Paranaguá, por que dá a impressão a nós todos, a nós burrinhos Deputados no dizer do senhor Mário Lobo, porque isto não me atinge e não atinge nem a Vossa Excelência, e não deve atingir a maioria dos Srs. Deputados, o senhor Mário Lobo era protegido por alguém que tinha mais força do que o Senhor Governador. E agora que o Senhor Mário Pereira é investido das funções de Governador do Estado ele tomou providências.

Ele, para que não seja amanhã responsabilizado pela continuação da conduta imoral do Porto de Paranaguá, apesar dele ter cometido crime de prevaricação por não ter denunciado as irregularidades ocorridas no Porto, agora ele se redime perante o Paraná, perante talvez a essa Assembleia Legislativa afastando o senhor Mário Lobo da Superintendência do Porto de Paranaguá. Porque ele tem competência para fazê-lo, agora ninguém está superior a ele, agora ele tem condições legais, constitucionais para afastar como fez. E se fez no sentido de que chegasse a colocar um termo às irregularidades do Porto de Paranaguá o Senhor Governador do Paraná merece o nosso aplauso; mas não merece que continue a não informar a esta Casa e ao Paraná sobre essas irregularidades e se o Sr. Mário Lobo estiver mesmo no propósito, segundo afirmou o Deputado Fregonese, de contar a verdade do que se passou e do que se passa é mais um homem do Governo a contar que a lama está campeando neste Estado.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Reitero então, Sr.

Presidente, Srs. Deputados, de que a Mesa deve colocar à apreciação do nosso pedido de CPI, através de Projeto de Resolução, eu digo Projeto de Resolução, porque na época em que nós solicitávamos a instalação de CPI outras cinco já estavam instaladas, porque então proibiam regimentalmente a instalação de mais uma CPI, então como já está sendo apreciada pela Comissão de Justiça é necessário que nós coloquemos à apreciação do plenário.

E outro fator importante é de que necessitamos de 28 votos. É muito mais importante você ter o apoio de 28 do que 18 votos. A questão é a independência do Poder Legislativo. A sua autonomia como poder legislador e acima de tudo como poder fiscalizador. É necessário que a Assembleia tome consciência disso, porque a imprensa agora que tomou a vez de denunciar os fatos e ao lado disso, o Governador Mário Pereira se conscientize de que ele é co-responsável na apuração desses fatos, porque a época em que denunciemos e que fizemos e formalizamos aquela comissão para averiguar os problemas do Porto de Paranaguá ele era o Secretário dos Transportes, por conseguinte superior ao Superintendente do Porto de Paranaguá, Sr. Mário Lobo, que agora além de cometer irregularidades vem querer achacar o Poder Legislativo.

A Mesa tem a responsabilidade acima de tudo, de chamar o ex-Superintendente à responsabilidade, instalar a CPI, porque não somente os Deputados Mário Bezerra, Algaci Túlio, Dr. Rosinha que têm essa responsabilidade de buscar a roubalheira que acontece no Porto de Paranaguá, uma quadrilha instalada no Porto de Paranaguá.

Nós não podemos ser coniventes que busquemos a verdade, apuremos a responsabilidade e façamos com que aqueles que cometeram as irregularidades respondam perante a justiça, perante a promotoria.

Há 5 meses esperamos pela instalação da CPI, não é possível que vamos deixar passar as eleições, terminar esse mandato para depois se apreciar matéria de tamanha importância.

O Sr. Algaci Túlio - V.Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Desejo cumprimentá-lo, Deputado Mário Bezerra, pelo seu pronunciamento. Mais uma vez esta Casa e nesta segunda-feira traz três assuntos importantes para o debate.

Deputado Luiz Carlos Zuk trouxe o debate sobre o MERCOSUL, Deputado Colombino Grassano traz a questão do Banestado que aí está com uma série de irregularidades e V.Exa. traz mais uma vez à tona a questão do Porto de Paranaguá que já mereceu desta Casa e especialmente de V.Exa. da Comissão que V.Exa. presidiu e que nós fomos relator juntamente com o Deputado Dr. Rosinha e Deputado Fregonese, este assunto com relação ao Porto de Paranaguá.

Também me estranhou bastante as declarações prestadas pelo Sr. Mário Lobo, quando disse que um grupo de deputados da oposição foi ao porto e não entende nada de porto.

Na verdade nós não entendemos de porto e não temos obrigação de entender de porto. Agora quem entende deveria ter obriga-

ção de entender e trabalhar com afinco e com honestidade na direção do Porto de Paranaguá, isso lamentavelmente não acontece e não vem acontecendo há muito tempo.

Acho que precisamos tomar uma providência muito séria, esta Casa não pode ficar a mercê de comentários de um superintendente de porto que chama de incompetentes, a imprensa cobra constantemente uma posição desta Casa na questão do Porto e lamentavelmente a oposição sozinha não tem condições de fazer passar um pedido de informações, não tem condições de fazer passar 28 assinaturas para formação de uma CPI.

Ou nós nos unimos todos, eu peço agora aqui o apoio da bancada do PFL, da bancada do PSDB, afinal de contas quem soma com o PDT para eleger Jaime Lerner Governador do Estado precisa somar também nas divisões dentro desta Casa, senão não haverá nenhum sentido desta aliança entre nós do PDT, do PFL e do PSDB.

Ou nós começamos a somar desde já, porque somar depois de ganhar as eleições também não adianta, só vir somar na hora do benefício não, vamos assumir agora na hora do ônus, da responsabilidade da Casa, ou nós fazemos um bloco consistente aqui dentro desta Casa ou nós vamos continuar sendo chamados, evidentemente, de incompetentes, de quem não conhece nada.

Então eu quero conclamar neste momento os companheiros do PFL que nós os aceitamos e achamos importante esta aliança. Companheiros do PSDB também, mas é preciso que comecemos já a mostrar forças neste primeiro momento. Não é possível que o Paraná continue tendo seríssimos prejuízos com um Porto que não consegue receber navios de um porte maior, de um Porto que se obriga a manter os navios de um porte maior distante do Porto, utilizando rebocadores que saem do cais do Porto para levar lá adiante a mercadoria ou então vendo o Paraná perdendo divisas com os grandes navios indo para Santos ou para outros Portos porque não vem ao Paraná porque além do que aqui a taxa de embarque é bem mais cara do que em outros Estados.

É preciso que nós tomemos providências e V.Exa. faz o seu papel, a Oposição faz. Agora, sozinha ela não vai conseguir essas assinaturas e por isso é importante a união desse bloco que passa a dar sustentação à campanha do futuro Governador do Paraná, companheiro Jaime Lerner.

Muito obrigado.

O Dr. Rosinha - Permite um aparte, Deputado?

O SR. MÁRIO BEZERRA - Concedo um aparte ao Deputado Rosinha, membro, inclusive, da Comissão que se dirigiu ao Porto de

Paranaguá.

O Dr. Rosinha - Agradeço o aparte. Nós queremos dizer ao ex-Superintendente do Porto que a maneira com que ele trata através da imprensa aquela Comissão, faz com que inclusive desconheça qual era o papel da Comissão. Ao dizer que era uma Comissão de Sindicância ele está enganado. Nós Deputados não tínhamos o poder de fazer sindicância porque uma Comissão Especial não tem o poder de requisitar documentos e assim é lógico que nós não poderíamos levantar tudo. Ele chamar-nos de burrinhos, como quer dizer ele, dá para fazer uma leitura então, que talvez o nosso desconhecimento não descobriu as irregularidades que ele cometeu e então ele passa a considerar que nós somos burrinhos, mas só que se ele quisesse realmente atender aquela Comissão Especial poderia ter nos fornecido todos os documentos que foram solicitados que foram vários e que nem todos ele remeteu.

Então, se ele se julga isento de qualquer irregularidade, ele como militante do PMDB, que oriente a Bancada dos Deputados aqui a aprovar a CPI. Fala que ele quer que aprove para mostrar que é honesto, que ele não cometeu nenhuma irregularidade, que tudo está correto no Porto, e instalemos essa CPI que eu tenho certeza que se existem coisas nós vamos descobrir porque aí sim nós temos poder de auditoria, de peritagem e poder de requisitar documentos e ele tem que cumprir.

Aliás, também não adianta uma CPI lá embaixo no Porto se aqui depois, quando tiver outra CPI, é barrado pelo Bloco Governista, como aquela da Polícia Militar que fizemos e até hoje continua na gaveta da Direção da Assembléia Legislativa. Basta desengavetar aquela também que a gente mostra que houve irregularidade na Polícia Militar e que está sendo acobertado.

Então, a gente desconfia que aqui não se quer que apure absolutamente nada e eu acho que o Mário Lobo poderia orientar toda a Bancada Governista e pedir para o Presidente da Assembléia para colocar em votação rapidinho as deliberações da Comissão Especial na qual a gente apresenta um projeto de Resolução pedindo a CPI;

O SR. MÁRIO BEZERRA - Só para encerrar, Senhor Presidente, gostaria de salientar que o próprio Mário Lobo declara em jornais de que cometeu as irregularidades com referência a falta de licitação nos processos de contratação de empresas que trabalharam, no Porto. Ele declara. Inclusive faz uma acusação grave. Ele diz aqui: Como no caso em que recebi uma ordem do Secretário de Comunicação Social, Gilberto

Griebeler, na seguinte determinação - De ordem do Senhor Governador você deve publicar essas matérias em tais e tais veículos e você mesmo pagará.

As irregularidades são espetaculares.

Então, é necessário, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que nós façamos chegar aos ouvidos do Governador Mário Pereira, já que ele se diz cheio de moral, um estilo diferente de governar, que chegue aos ouvidos dele que a Assembleia exige a instalação da CPI, se realmente ele quiser que o Governo seja transparente e diferente do ex-Governador Requião, que ele oriente a sua bancada a aprovar a nossa CPI, caso contrário, prevalece, ainda, a nossa interpretação de que ele prevariou, que ele contribuiu para as irregularidades do Porto, porque ele era o titular da pasta dos transportes, e por conseguinte Mário Lobo era subordinado a ele. Se o Governador Mário Pereira der outra orientação que não seja esta da CPI, ele é conivente com o crime, se quer, realmente, botar em prática o que disse em seu discurso de posse, que seu Governo teria uma filosofia diferente, uma maneira diferente de governar, de transparência, que aprove esse pedido de CPI, como aprove a CPI da publicidade, como aprove a CPI dos helicópteros, afinal de contas, o Governo de Roberto Requião que deixou há dias passados foi, realmente, repleto e recheado de irregularidades nunca apuradas. O discurso que pregava era muito bonito, mas na prática um grande mentiroso, um grande farsante. O Paraná teve o maior farsante da história que se chama Roberto Requião de Mello e Silva, e é necessário que o seu vice que agora assume o Governo, realmente dê uma característica diferente ao Governo do Paraná, e mostre para o Brasil que as irregularidades, que as denúncias que são aqui anunciadas e denunciadas pela imprensa são apuradas com responsabilidade, caso contrário, é farinha do mesmo saco.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Horário das Lideranças.

Liderança do PTB.

Deputado Lourenço Fregonese com a palavra.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, Senhores Deputados, na manhã de ontem todos os Senhores tiveram a triste visão e a triste notícia da morte do piloto Ayrton Senna da Silva. Mais do que a morte do desportista, do brasileiro, foi a morte da alegria e da esperança do povo brasileiro. Até hoje pela manhã, 24 horas após o seu falecimento, eu não pensava que a consternação desse verdadeiro herói brasileiro tocasse tanto a população brasilei-

leira, de todas as classes, da classe A até a X, que existe em nosso Brasil.

Mais do que um grande piloto, mais do que um grande homem, eu senti na rua, no meio da população que se ia a esperança de um País que já não tem mais esperança. Portanto, quero aqui, com a conivência dos Senhores Deputados, prestar uma homenagem em nome da Assembleia Legislativa do Paraná a esse homem que foi um exemplo de vida, de amor ao País, e que nós que estamos mais perto de poder fazer leis melhores, de dar condições melhores de voltarmos a esse patriotismo e darmos a população brasileira, ou tentarmos dar à população brasileira um pouco de esperança. Ontem, por 40 minutos meu filho de 11 anos chorou desesperadamente, aí eu entendi o quanto faz parte um Líder nesse País. Esse País precisa urgentemente rever suas posições e de todas as formas criar pessoas que realmente façam com que a população do País volte a acreditar no ser humano. Faço essa homenagem e deixo um adeus a esse grande brasileiro que foi AYRTON SENNA DA SILVA. Que ele pilote em paz nas pistas que está pilotando ao lado de JESUS CRISTO.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No horário das Lideranças, PSDB. (Declina).

PFL. Com a palavra, Deputado Elío Rusch.

O SR. ELIO RUSCH - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Uso do espaço da Liderança do PFL para prestar a homenagem a um brasileiro que tem conquistado todos os segmentos da sociedade. Faço da mesma forma como o Deputado Lourenço Fregonese o fez.

Momentos difíceis atravessa a Nação brasileira, momentos de instabilidade econômica vive o mundo inteiro, momentos de insegurança vive a sociedade do nosso Estado, do nosso país e porque não dizer também, do universo todo.

Mas, diante de todas essas incertezas e de todas essas inseguranças, sempre existe alguma coisa que traz alegria ao seu povo ao seu cidadão, à sua sociedade. Ayrton Senna, um jovem que tem se revelado através das corridas, através de um esporte perigoso dentro da Fórmula 3 no Brasil, conquista do diversos títulos na sua categoria, partindo para a Fórmula 1, participando de equipes mais fracas, veio depois para a Lotus, para a McLaren e no final, veio para a Williams que foi o grande sonho dele.

A imprensa no Brasil inteiro, quer nos rádios, quer na televisão, quer nos jornais, dão ênfase apenas a um acontecimento, ou seja, as manchetes são as mais di-

versas. Por exemplo, quais foram as últimas palavras desse ídolo brasileiro que tem conquistado preto, branco, protestante, católico, rico, pobre, empregado, empresário, em fim, todos os segmentos como já disse. E ele sempre dizia que tinha medo de morrer. E a Gazeta do Povo, traz estampadas no dia de hoje, 8 páginas sobre a vida de Ayrton Senna, como todos os jornais também o fazem. Senna: "Tenho muito medo de morrer". Últimas palavras de Senna - eram sobre acidentes e parece que tudo estava já preparado e o próprio ídolo brasileiro já no sábado, não queria mais participar dessa prova. Não participou dos treinos, como Schumaker também não tem participado. Parece que alguma coisa estava pressentindo que iria acontecer com ele e na própria corrida. Senna não participou no sábado dos treinos, e mesmo assim, tem largado na "poly" e os jornais do nosso Estado e do Brasil inteiro, continuam com as mais diversas manchetes: "Senna, um dos maiores pilotos de toda a História", "Um sonho que virou tragédia". Um segundo lugar para Senna, não servia e quando tirava segundo lugar era a mesma coisa como se seu carro tivesse quebrado. De corpo franzino, atleta a conquistar o mundo todo e nesses dez anos de Fórmula 1, Senna tem participado de 161 corridas, subiu 41 vezes ao pódio. Foi recordista em largar na frente - 65 vezes. Foi tricampeão na Fórmula 1: 88, 90, 91. Senna que tem conquistado não só a sociedade brasileira mas o mundo inteiro: Inglaterra, França, Estados Unidos, Alemanha, Japão. E nós, neste momento, gostaríamos também que ficassem registrado uma homenagem aqui na Assembleia Legislativa do Paraná em favor deste piloto, deste desportista que vibrava. E são poucos os desportistas, são poucas as pessoas que praticam um ou outro esporte com tanta dedicação, com tanto, patriotismo como Senna o fazia.

Tivemos bons pilotos, tivemos Nelson Piquet, tivemos Emerson Fittipaldi, tivemos tantos outros, mas nenhum igual o Senna. Quem não se lembra da imagem no final da corrida quando o Senna conquistava mais uma vitória, parava ao lado da torcida, arrancava a bandeira do Brasil e saía desfilando no seu carro na última volta. Batendo no sangue de cada brasileiro: a força, a vontade e, acima de tudo, o patriotismo, a bandeira do Brasil que subia no mastro daquele autódromo aonde Senna disputava uma prova.

E finalizo minhas palavras recordando a página que está escrito na "Gazeta do Povo": "Deus devia estar precisando reforçar a sua equipe. Ayrton Senna, o campeão que vai sempre viver nos corações de todos os brasileiros".

Muito obrigado.

Curitiba, segunda, em 02.05.94

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Horário das Lideranças. Concedo a palavra no Horário do Partido dos Trabalhadores ao Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores venho a esta Tribuna no Horário de Liderança para dizer a esta Casa que nós apresentamos - protocolado, sob o nº 4033, do dia 28 próximo passado, um requerimento pedindo uma Questão de Ordem à Mesa com referência à questão das Comissões desta Casa. O nosso ofício diz o seguinte:

"Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem por questão de ordem, o pronunciamento, por escrito, de Vossa Excelência, por analogia, com fulcro no art. 130, inciso VII, c/c o art. 104 § 1º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, sobre a nova composição das Comissões Permanentes, bem como sobre os critérios adotados para as sobras do coeficiente utilizado para compor questão de ordem anterior, formulada pelo Deputado Nelson Garcia em 19 de abril do corrente.

Há que considerar que a mudança no corpo das Comissões Permanentes ocorreu em 20 de abril próximo passado, ou seja em menos de dois anos da última alteração, numa clara afronta ao parágrafo único do art. 29 do Regimento Interno deste Poder Legislativo, que determina:

"Art. 29 - A Assembleia, depois de eleita a Mesa, organizará as Comissões Permanentes, dentro de quinze dias.

Parágrafo Único: As Comissões Permanentes serão organizadas de dois em dois anos."

Essa mudança antiregimental veio prejudicar direito líquido e certo do Partido dos Trabalhadores em continuar participando das Comissões, já que acabou por excluí-lo.

Sala das Sessões, em 28.04.94.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO
FLORISVALDO FIER
ERNANI PUDELL"

Senhor Presidente, vimos por este pedido de Questão de Ordem, solicitar de Vossa Excelência o pronunciamento da Mesa, por escrito, em função de discordarmos profundamente dos encaminhamentos da Mesa nesta questão.

O requerimento do Deputado Nelson Garcia apenas solicita uma posição da Mesa sobre a participação do PL que só tem um Deputado nesta Casa, na Comissão de Constituição e Justiça, ou melhor, nas Comissões Permanentes, mas claro é que o PL

s6 tem participação na Comissão de Constituição e Justiça.

A Mesa, no nosso entendimento, autoritariamente, remete essa questão de ordem para um novo recálculo da participação das Comissões afrontando o Regimento Interno desta Casa no que diz respeito ao artigo 29 que acabei de ler.

No nosso entendimento a Mesa, autoritariamente, não respondeu ao pedido de questão de ordem do Deputado Nelson Garcia. Se respondeu satisfatoriamente a ele ou a Mesa foi uma resposta que caracteriza, no nosso entendimento, Senhor Presidente, uma perseguição, porque não entendemos, não se entende o porquê desta atitude quando o Regimento Interno é claro e quando além do artigo 29 que acabei de ler, diz, que as comissões serão organizadas de dois em dois anos, diz ainda o artigo 27 - na constituição das Comissões assegurar-se-á tanto quanto possível a representação proporcional dos Partidos e dos Blocos Parlamentares que participam da Casa.

Ora, se em abril havia sido refeito o cálculo em função, inclusive, de uma questão nossa entrada na justiça, de uma ação na justiça e que nos deu ganho de causa, com relação ao Bloco Parlamentar Independente, não há como se justificar um novo cálculo de participação nas Comissões dois ou três meses após em função de um pedido de uma questão de ordem com relação ao PL.

Além disso ainda o artigo 31 do nosso Regimento Interno diz:

Que as Comissões Permanentes organizar-se-ão dividindo-se o número dos membros da Mesa pelo número dos membros de cada Comissão e o número de Deputados de cada Partido ou Bloco Parlamentar. O quociente final representará o número de membros ou Bloco Parlamentar cujos nomes serão indicados pelo respectivo Líder.

Parágrafo Único - Se por este processo não se preencherem todos os lugares de cada Comissão, caberão os lugares vagos aos Partidos ou Blocos Parlamentares ainda não representados na ordem decrescente do número de membros da Bancada.

O Regimento está claro, o Regimento permitiu naquele momento de que o nosso Partido participasse de todas as Comissões, acredito, espero estar enganado, mas acredito que a Mesa não deve estar satisfeita com a participação do nosso Partido nas Comissões, porque nós exigimos que as Comissões funcionem. Recusei-me em alguns casos já a assinar pareceres nas Comissões como outros nossos Deputados sem discutir e debater na reunião das Comissões, como se diz nos corredores.

Demos parecer em todas as Comissões, com exigências de muitos esclarecimentos e o que provavelmente incomoda o Governo e

incomoda, provavelmente, o Executivo, que quer passar muitas vezes os seus projetos na marra ou no rolo compressor nesta Casa.

Entendemos que fatos como o ocorrido, aquele na Comissão de Justiça, ou melhor, na Comissão de Segurança em que foi rasurado, apagando-se uma data de um parecer dado pelo Deputado Rosinha e a Mesa argumentando de que pelo fato de o nosso Partido já estar excluído das Comissões era a razão para não aceitar aquele parecer, demonstra aqui, Senhor Presidente, no nosso entendimento, a parcialidade da Mesa ou a conivência da Mesa, com aquele ato que entendemos absurdo de rasurar uma data para que pudesse argumentar a Mesa de que nosso Partido não poderia participar das Comissões ou deu o parecer quando já estava fora das Comissões.

Entendemos que esta questão de ordem deve ser, Senhor Presidente, deve ser revista. Solicitamos isto da Mesa na resposta desta nossa questão de ordem para que não se caracterize uma perseguição política que após a nossa entrada na justiça com um mandado de segurança fomos incluídos nas Comissões e que agora por um outro motivo, no nosso entendimento, inoportuno, fora de época, desrespeitando o Regimento, a Mesa nos exclui das Comissões.

Solicitamos da Mesa esta resposta o mais breve possível.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Horário das Lideranças:

PMDB - (Declina)

Passamos à Ordem do Dia.

A Mesa registra com satisfação e atendendo a solicitação do Deputado Ademar Traiano a presença do Vereador Neri Telles da Cidade de Barracão.

Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, justificando suas faltas nos dias 02, 20 e 28 de abril do corrente ano, em virtude de compromissos assumidos na região Noroeste do Estado. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Aprovado.** À

Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 065/94, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, que disciplina a Fiscalização dos Sistemas Privado e Público de armazenagem e silagem de produtos agrícolas, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.A.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 116/94, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de São Miguel do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 118/94, de autoria da Deputada Emília Belinati, que declara de Utilidade Pública o Centro de Assistência e Recuperação de Vidas Moradas de Deus, com sede e foro na Cidade de Londrina, neste Estado. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 122/94, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública o Núcleo Social Batista, com sede e foro no Município de Umuarama-Pr. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, Requerimento n° 1014, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1015, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 1016 a 1018, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1019, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1020, de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 1021 a 1032, de au-

Curitiba, segunda, em 02.05.94

toria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 1037 e 1038, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 1033 a 1036, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 1039 a 1041, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1042, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1045, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1047, de autoria do Sr. Deputado Dalton Machuca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 1048 a 1051, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 975 e 1012, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 988, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. Retirado pelo autor.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Para discutir. Sr. Presidente.

Apenas para informar a V.Exa., a Casa e ao ilustre autor do requerimento que esta liderança assim que tomou conhecimento do requerimento do ilustre Deputado, buscou junto a Secretaria dos Transportes as informações que S.Exa. requer nesse expediente.

Então eu gostaria de passar às mãos do Deputado Florisvaldo Fier, Dr. Rosinha, as respostas caso elas não satisfaçam V.Exa., - que no meu entendimento satisfaz plenamente até vai um pouco mais além, quando por exemplo V.Exa. questiona qual a empresa vencedora, numa primeira etapa um período de recebimento de propostas, então várias empresas se candidataram e aí sim houve uma vencedora.

Então todas essas informações, Exa. a Secretaria dos Transportes nos envia e eu quero passar às suas mãos. Caso, - eu repito, - não sejam suficientes, a liderança continua à sua disposição para complementar a sua indagação.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Em razão do que foi colocado pela liderança do governo, tomo a liberdade de retirar esse requerimento e apresentarei outro, caso as informações não atenderem todos os requisitos solicitados, como disse o próprio líder, Deputado José Tavares.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O requerimento está retirado da pauta de votação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 218/92 e do Projeto de Resolução nº 003/94.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 023/93.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs. 322/93 e 144/94, e dos Projetos de Resolução nºs. 004/94 e 005/94.

Levanta-se a sessão.